

A pátria e a política das piaras no teatro das atuais práticas político-eleitorais

Introdução

Não obstante o nosso longo caminhar enquanto cidadão, que ainda não ensarilhou a sua arma da capacidade de indignar-se diante dos maus feitos que são perpetrados cotidianamente, eis porque, açulado por tal contumácia das atuais práticas políticas, partidárias e eleitorais de nossos agentes públicos, ufanadas pelo rótulo de choque de gestão, resolvemos trazer à colação da nossa sociedade responsável, certos valores esquecidos e outros praticados. Lembrando-nos de que de tais valores – esquecidos e praticados – dos atos praticados por nossos agentes políticos, somos agentes e pacientes. Agentes, porque, ao escolhê-los, quase sempre erramos na escolha. Pacientes, porque sofremos as consequências do erro da má escolha, ressaltando-se, obviamente, as exceções.

Eis que, recorrendo aos escaninhos dos nossos antigos estudos rudimentares das luzes filosóficas, ousamos destacar da obra do filósofo ítalo-argentino José Ingenieros (Giuseppe Ingegneri), **O Homem Mediocre**, os capítulos seguintes – **A Pátria e A Política das Piaras** – cujos conteúdos, ao que parece, ilustram tais práticas entre nós, que merecem a nossa reflexão.

A pátria

Os países são expressões geográficas e os Estados são formas de equilíbrio político. Uma pátria é muito mais do que isso, e é outra coisa: sincronismo de espíritos e de corações, têmpera uniforme para o esforço, homogênea disposição para o sacrifício, simultaneamente na aspiração à grandeza, no pudor da humilhação e no desejo da glória. Quando falta esta comunhão de esperanças, não há, nem pode haver pátria: é preciso que haja sonhos comuns, anelos coletivos de grandes coisas é preciso que todos se sintam decididos a realizá-las, com a seguridade de que, ao marcharem juntos, em busca de um ideal, nenhum ficará na metade do caminho, contando as suas taleigas – antiga medida.

Pátria está implícita na solidariedade sentimental de uma raça, e não na confabulação dos politíqueiros que medram à sua sombra.

Não basta acumular riqueza para criar uma pátria: Cartago não o foi. Era uma empresa.

As minas áureas, as indústrias fabris e as chuvas generosas fazem de qualquer país um rico empório; mas é preciso que se formem ideais de cultura, para que nele haja uma pátria. Rebaixa-se o valor deste conceito quando é aplicado a países que carecem de unidade moral que mais são parecidos com feitorias de logreiros autóctones – usurários – ou exóticos, do que a legiões de sonhadores cujo ideal seja um arco teso na direção de um objetivo de dignificação comum.

A pátria tem intermitências; sua unidade moral desaparece em certas épocas de rebaixamento, quando se eclipsa todo afã de cultura, e passam a predominar os vis apetites de mando e de enriquecimento. O remédio contra essa crise de chatice não está

no fetichismo do passado, senão, na sementeira do porvir concorrendo para criar um novo ambiente moral propício a todo enaltecimento da virtude, do engenho e do caráter.

Quando não há pátria, não pode haver sentimento coletivo da nacionalidade – inconfundível com a mente patriótica explorada em todos os países pelos mercadores e pelos militaristas. Só é possível na medida marcada pelo ritmo uníssono dos corações para um nobre aperfeiçoamento, e nunca, para uma ignóbil agressividade que fira o sentimento próprio das outras nacionalidades.

Não há maneira mais baixa de amar a pátria, além dessa que ensina a odiar as pátrias dos outros homens, como se todas não fossem igualmente dignas de engendrar, em seus filhos, iguais sentimentos.

O patriotismo deve ser emulação coletiva, para que a própria nação ascenda às virtudes de que outras melhores dão o exemplo; nunca deve ser inveja coletiva que faça sofrer em consequência da superioridade alheia, e que conduza a desejar o rebaixamento dos outros, até o próprio nível.

Cada pátria é um elemento da Humanidade; o anelo da dignificação nacional deve ser um aspecto da nossa fé na dignificação humana.

Ascenda cada raça ao seu nível mais alto, como pátria, e, por esforço de todos, remontar-se-á ao nível da espécie, como Humanidade.

Enquanto um país não é pátria, seus habitantes não constituem uma nação. O zelo da nacionalidade só existe em quem se sentem agrupados para conseguir um mesmo ideal. Por isso é mais profundo e pujante nas mentes conspícuas; as nações mais homogêneas são as que possuem homens capazes de senti-la e de servi-la. A exígua capacidade de ideais impede os espíritos espessos de verem, num patriotismo, um alto ideal; os trãnsfugas da moral, alheios à capacidade em que vivem não o podem conceber; os escravos e os servis têm, apenas, um país natal.

Só o homem digno e livre pode ter uma pátria.

Pode tê-la; não a tem sempre, pois há tempos em que ela só existe na imaginação de poucos: um, dez, talvez uma centena de eleitos.

Ela está, então, nesse ponto ideal para onde converge a aspiração dos melhores, de todos quantos se sentem, sem medrar de ofício, escarranchados sobre a política. Nesses poucos está a nacionalidade, que come e aufere lucros no país, então alheios ao seu afã.

O sentimento enaltecido nasce em muitos sonhadores jovens, mas permanece rudimentar, ou se distrai na apetência comum; em poucos eleitos chega a ser dominante, antepondo-se às pequenas tentações de piara ou confraria.

Quando os interesses venais se sobrepõem ao ideal dos espíritos cultos, que constituem a alma de uma nação, o sentimento nacional degenera e se corrompe: a pátria é explorada como uma indústria. Quando se vive fartando grosseiros apetites, e ninguém pensa que, no canto de um poeta ou na reflexão de um filósofo, pode estar uma partícula da glória comum, a nação se abisma. Os cidadãos voltam à condição de habitantes. A pátria regressa à condição de país.

Isto acontece periodicamente: como se a nação necessitasse pestanejar, ao olhar para o porvir. Tudo se torce, e se abaixa, desaparecendo a molície – preguiça – individual na comum; dir-se-ia que, na culpa coletiva, se desfaz a responsabilidade de cada um. Quando o conjunto se dobra, como a quilha de um navio, parece, por efeito de relatividade, que nenhuma coisa se dobra. Só aquele que se levanta, e olha para os que navegam, sob outro prisma, adverte o descenso, como se, em face deles, fosse um ponto imóvel: um farol na costa.

Quando as misérias morais assolam um país, a culpa é de todos os que, por falta de cultura e de ideal, não souberam amá-lo como pátria: de todos os que viveram dela, sem trabalhar para ela.

A Política das Piaras e Certas Práticas Políticas-Eleitorais

Sobressaem-se das mensagens do capítulo mencionado, de que não devemos ser indiferentes. A sociedade, que somos todos nós, quer e pensa que devemos ter voz e

eco. Não devamos ser apenas uma penumbra e sim, pelo menos, uma sombra. O poder que se maneja, os favores que são mendigados, o dinheiro que se acumula, as dignidades que se conseguem têm certo valor efêmero, que podem satisfazer aos apetites daquele que não leva em si mesmo, em suas virtudes intrínsecas, as forças morais que embelezam e qualificam a vida. Viver, pois, é aprender para ignorar menos; é amar para nos vincularmos a uma parte maior da Humanidade; é admirar para compartilhar as excelências da natureza, bem como dos nossos semelhantes; é esforço para melhorar num afã incessante de elevação em direção de ideais definidos. Porque só as exigências vegetativas não têm biografia: na história de nossa sociedade, só vive o que deixa rastros nas coisas ou nos espíritos. Muitos nascem poucos vivem. A vida vale pelo uso que dela fazemos, pelas obras que realizamos. Não vive mais quem conta maior número de anos, senão o que sente melhor o seu ideal. As cãs podem denunciar a velhice, mas não dizem quanta juventude a precedeu.

A degeneração do sistema parlamentar é, em nossa época, a causa profunda dessa contaminação: todas as formas de parlamentarismo de pacotilha (quadrilha de bandidos). Antes, presumia-se que, para governar, se requeria certa ciência e a arte de aplicá-la; agora, concordou-se em que Gil Blas de Santillana (Alain Rene Lesage), Tartufo (Molière) e Sancho Panza (Dom Quixote) são os árbitros inapeláveis dessa ciência e dessa arte.

A política se degrada, converte-se em profissão. Nos povos sem ideais, os espíritos subalternos medram em torpes intrigas de antecâmara. Na maré baixa, aparece o desprezível, e se engendram os traficantes. Toda excelência desaparece, eclipsada pela domesticidade. Instaura-se uma moral hostil à firmeza e propícia à relaxação. O governo passa às mãos de gentalha que abocanha o orçamento. Abaixam-se os adarves (muros), e se levantam os muladares (monturos ou esterqueiros). Os loureirais se secam, e os cardais se multiplicam. Os palacianos se encontram com os malandrins. Os funâmbulos (os que mudam de partido ou opinião) e os saltimbancos progridem. Onde todos lucram ninguém pensa; ninguém sonha onde todos tragam. O que antes era signo de infâmia ou covardia torna-se título de astúcia; o que outrora matava, agora, vivifica como se houvesse uma aclimação adaptativa ao ridículo; as sombras envilecidas se levantam, e parecem homens; a improbabilidade se pavoneia, e se ostenta, ao invés de ter vergonha e pudor. O que, nas pátrias, se cobria de opróbrio, se cobre, nos países, de honrarias.

As jornadas eleitorais se convertem em grosseiras negociatas de mercenários, ou em pugilatos de aventureiros. A sua justificação está a cargo de inocentes eleitores que vão à paróquia votar, como a uma festa.

As facções de profissionais são adversas a todas as originalidades. Homens ilustres podem ser vítimas do voto; os partidos adornam as suas listas com nomes respeitados, sentindo a necessidade de se parapeitarem atrás do brasão intelectual de alguns seletos.

Cada piara forma um estado-maior próprio, que desculpe a sua pretensão de governar o país, encobrindo ousadas piratarías, com o pretexto de sustentar interesses de partidos políticos ou de coligação. As exceções não são toleradas em homenagem às virtudes; as piaras não admiram nenhuma superioridade; exploram o prestígio do pavilhão, para dar passagem às suas mercadorias de contrabando; descontam no banco do êxito, mercê da firma prestigiosa. Para cada homem de mérito, há dez dezenas de sombras insignificantes.

À parte essas exceções, que existem em todas as partes, a massa de eleitos do povo é subalterna chusma de vaidosos, choldrabortra (confusão de gente ordinária) de desonestos e servís.

Ganhar os Votos Eleitorais e Abocanhar os Orçamentos

Os primeiros esbanjam a sua fortuna, para subir ao Parlamento. Ricos proprietários de terras, ou poderosos industriais pagam, a peso de ouro, os votos colecionados por agentes impudicos; pequenos senhores adventícios abrem as suas alcanzias (cofrinhos de barro), para comprar o único diploma acessível à sua

mentalidade amorfa; asnos enriquecidos aspiram a serem tutores de povos, sem mais capital, do que a sua constância e seus milhões. Precisam ser alguém; e julgam conseguir isso, com a incorporação às piaras.

Os desonestos são legião; assaltam o Parlamento, para se entregarem a especulações lucrativas. Vendem o seu voto a empresas que mordem as arcas do Estado; prestigiam projetos de grandes negócios com o erário, cobrando os seus discursos a tanto por minuto; pagam os seus eleitores com empregos e dádivas oficiais; fazem comércio de sua influência para obter concessões a favor da sua clientela. Sua gestão política sói ser tranquila; um homem de negócios está sempre com a maioria. Apoia todos os governos.

Os servis saqueiam por meio dos Paramentos Congressuais e dos Poderes Executivos, em virtude da flexibilidade das suas espinhas. Lacaio de um grande homem, ou instrumentos cegos da sua piara, não ousam discutir a chefatura de um, ou as recomendações da outra. Não se lhes pede talento, eloquência, probidade: basta a certeza do seu panurgismo (vida e procedimento frívolos – personagem de Rabelais). Vivem de luz alheia, satélites sem calor e sem pensamento, unidos ao carro do seu cacique, sempre dispostos a bater palmas quando ele fala, e a se porem de pé, na hora da sua votação.

Em certas democracias noviças, que parecem chamar-se repúblicas, por troça, os congressos se apinham de mansos protegidos das oligarquias dominantes. Medram piaras submissas, servis, incondicionais, efeminadas: as maiorias contemplam o porquero, esperando uma piscadela ou um sinal. Se alguém se aparta, está perdido; os que se rebelam, estão proscritos, sem apelação.

Há casos isolados de engenho e de caráter, sonhadores de algum apostolado, ou representantes de anelos indomáveis; se o tempo não os domestica, eles servem ou outros, justificando-os com a sua presença, aquilatando-os.

É ilusão pensar que o mérito abre as portas dos parlamentos envilecidos. Os partidos — ou o governo em seu nome — operam uma seleção entre os seus membros a expensas do mérito, ou a favor da intriga. Um soberano quantitativo e sem ideais prefere candidatos que tenham a sua própria compleição moral: por simpatia e por conveniência.

As mais abstrusas fórmulas da química orgânica parecem balbucios infantis, em face das reviravoltas do parlamento medíocre. O desprezo dos homens probos nunca o amedronta. Confia em que o baixo nível do representante é aprovado pela insensatez do representado. Por essa razão, certos homens imprestáveis se adaptam maravilhosamente aos *desiderata* do sufrágio universal; a grei se prosterna diante dos feitiços mais ociosos, e os recheia com a sua alambicada tolice.

Esse afã de viver, a expensas do Estado, rebaixa a dignidade. Cada eleitor que cruza as suas ruas, às pressas, preocupado, a pé, de automóvel, com uma simples blusa, enlavadado, jovem, maduro, a qualquer hora está se domesticando, está se envilecendo: procura uma recomendação, ou a leva em sua algibeira.

Nas modernas burocracias, o funcionário cresce. Outrora, quando era necessário delegar parte de suas funções, os monarcas elegiam homens de mérito, experiência e fidelidade. Quase todos pertenciam à casta feudal; os grandes cargos os vinculavam à causa do senhor. Junto a ela, formavam-se pequenas burocracias locais. Aumentando as instituições de governo, o funcionalismo cresceu, chegando a formar uma classe, um ramo novo das oligarquias dominantes. Para impedir que fosse ativa, regulamentaram-na, roubando-lhe toda iniciativa e afogando-a na rotina.

Ao seu afã desmando se opôs uma submissão exagerada. A pequena burocracia não varia: a grande, que é a sua chave, muda com a piara que governa. Com o sistema parlamentar, ela se escravizou pela partida dupla: do executivo e do legislativo. O jogo das influências bilaterais converge em apoucar a dignidade dos funcionários.

O mérito fica excluído em absoluto: basta a influência. Com ela se ascende por caminhos equívocos. A característica do sáfio é julgar-se apto para tudo, como se a boa intenção salvasse a incompetência.

Gustave Flaubert contou, em páginas eternas, a história dos medíocres que ensaiavam o insaiável: Buovard e Pécuchet. Não fazem bem coisa alguma, mas a nada renunciam.

Povoam as mediocracias; são funcionários de qualquer função, julgando-se órgãos valiosos para as mais contraditórias fisiologias.

O servilismo e a adulação são as consequências imediatas do funcionalismo. Existem desde que houve poderosos e favoritos.

O primeiro se observa, sob cem formas, implícito na desigualdade humana; onde houve homens diferentes, alguns foram dignos, e outros domesticados.

O excessivo comedimento e a afetação de agradar ao amo, engendram essas carcomas do caráter.

Não são delitos em face das leis, nem vícios diante da moral de certas épocas: são compatíveis com a "honestidade". Mas não com a "virtude". Nunca.

A sensibilidade para os elogios é legítima em suas origens. Eles são uma medida indireta do mérito: elogios que se fundam na estima, no reconhecimento, na amizade, na simpatia ou no amor.

O elogio sincero e desinteressado não rebaixa a quem o outorga, nem ofende a quem o recebe, mesmo quando é injusto; pode ser um erro, não uma indignidade.

A adulação é sempre uma indignidade: é desleal e interessada. O desejo da privança – intimidade – induz a agradar aos poderosos; a conduta do adulator tem isso por alvo, e o seu ânimo servil tudo sacrifica para obter tal coisa. A sua inteligência somente se aguça para farejar o desejo do amo. Subordina seus gestos aos de seu dono, pensando e sentindo como ele manda: sua personalidade não estará abolida, mas pouco falta. Pertence à raça dos "covardes felizes", como Leconte de Lisle denominou.

A adulação é uma injustiça. Engana. O adulator é sempre desprezível, mesmo quando procede por uma espécie de benevolência banal, ou pelo desejo de agradar a qualquer preço.

Racine, na "Phedra", julgou-o um castigo divino:

*Detestable flatteurs, présent le plus funeste
Que puisse faire aux rois la colère celeste*

Numa tradução livre, se quer dizer: *aduladores detestáveis apresentam-se o mais funesto. Os reis podem fazer isso com a ira celeste.*

Não se adulam somente os reis e os poderosos; adula-se também o povo. Há miseráveis afãs de popularidade, mais degradantes do que o servilismo. Para obter o favor quantitativo das turbas, pode-se mentir, praticando baixos elogios disfarçados em ideal: mais covardes, porque se dirigem às plebes que não sabem descobrir o embuste. Encomiar os ignorantes, e merecer os seus aplausos, falando-lhes incessantemente de direitos e jamais dos seus deveres, é a última renúncia da própria dignidade.

Nos climas medíocres, enquanto as massas seguem os charlatães, os governantes prestam ouvidos aos adutores. Os vaidosos vivem fascinados pela sereia que arrulha sem cessar, acariciando a sua sombra; perdem todo critério para julgar seus próprios atos, bem como os alheios; a intriga os prende; a adulação dos servís os arrasta a cometer ignomínias: como essas mulheres que alardeiam a sua formosura, e acabam por entregá-la àqueles que a corrompem com elogios desmedidos.

O verdadeiro mérito sente-se desconcertado diante da adulação: tem seu orgulho e o seu pudor, como a castidade. Os grandes homens dizem de si, naturalmente, coisas elogiosas que, ditas por lábios alheios, os fariam corar; as sombras gozam, ouvindo os louvores que temem não merecer.

As mediocracias fomentam esse vício de servos. Todo aquele que pensa com a própria cabeça, ou tem um coração altivo, apartar-se do tremedal – degradação moral – onde os envilecidos prosperam.

"O homem excelente — escreveu La Bruyère (Jean de) — não pode adular; julga que a sua presença importuna nas cortes, como se a sua virtude ou o seu talento fossem uma exprobração aos que a governam".

E, do seu afastamento, os que empalidecem diante dos seus méritos, aproveitam, como se existisse uma perfeita compensação entre a inaptidão e a posição que ocupam, entre as domesticidades e as avançadas.

De tempos em tempos, algum dentre os melhores se ergue sobre todos, e diz a verdade, como sabe e como pode, para que ela não seja extinta, nem se subverta, transmitindo-a ao porvir. É a virtude cívica: o ignóbil é qualificado com justeza; a força de velar os nomes finalizaria por perder-se, nos espíritos, a noção das coisas indignas. Os tartufos, inimigos de toda luz astral e de toda palavra sonora, persignam-se diante do herético que devolve os nomes às coisas respectivas. Se dependesse deles, a sociedade se transformaria em uma caverna de mudos, cujo silêncio não seria interrompido por nenhum clamor veemente, e cuja sombra não seria rasgada pelo resplendor de astro algum.

Conclusão

Todo idealista leu ou devia ler, com lírica emoção, as três histórias admiráveis que Vigny (Alfred Comte Victor de) contou em seu *Stello* imperecível. Ter um ideal é crime que as mediocracias não perdoam. Morre Gilbert (William), morre Chatterton (Thomas), morre André Chenier. Os três são assassinados pelos governos, com armas diferentes, de acordo com o regime. O idealista é imolado nos impérios absolutos, da mesma forma como acontece nas monarquias constitucionais e nas repúblicas burguesas.

Quem vive para um ideal, não pode servir a nenhuma mediocracia. Nesta, conspira tudo para que o pensador, o filósofo e o artista se desviem do seu caminho; e aí deles, quando se apartam da sua rota; perdem-na para sempre. Temem, por isso, a politiquice, sabendo que ela é o Walhalla – templo mitológico dos Vikings – dos medíocres. Podem cair prisioneiros em sua rede.

Entretanto, quando reina outro clima, e o destino os leva ao poder, governam contra os servis e os rotineiros; rompem a monotonia da história. Seus inimigos bem o sabem: nunca um gênio foi enaltecido por uma mediocracia. Chega contra ela, a pesar de tudo; e a desmantela, quando se prepara um porvir.

***Manoel Paulo de Oliveira:** Advogado, Economista e Contador. Ex-Economista do Ministério dos Transportes (concurso público); Ex-Dirigente de Empresas Privada e Estatais Federais; Ex-professor Universitário – PUC/DF; PUC/MG; AEUDF/DF; Membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais-IAMG; Membro do Instituto de Estudos Fiscais-IEFi; Membro do Conselho de Assuntos Jurídicos da Associação Comercial e Empresarial de Minas-ACMinas; Título de Especialista em Políticas Econômicas; Título de Especialista em Metodologia do Ensino Superior; Título de Especialista em Formação de Professor do Ensino Superior – PREPES –; Título de Especialista em Organização e Métodos (O&M); Especialista em Custos Industriais; Título de Especialista em Custos de Planejamento de Transportes; Título de Especialista em Orçamento e Contabilidade Pública; Autor e Coordenador do Curso de Pós-Graduação – Sistemas de Controle de Custos Orçamentários na Administração Pública – Método ABC (*Activity Based Costing*); Perito Contador; Título de Técnico em Implantação e Operação de Usinas Termoelétricas; Curso de Sargento e Ex-Pracinha do Exército Brasileiro (3º/2º RI, 1ª. RM); Tradutor-Intérprete de Inglês, Tropas das NAÇÕES UNIDAS (ONU) – Guerra Palestinos X Israelenses – Oriente Médio; Compartilha do PRÊMIO NOBEL DA PAZ DE 1988, conferido às Forças de Paz da ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU – representada pelo Exército Brasileiro, no Oriente Médio. E-mail: manoel.p@superig.com.br